

Migalhas para a educação

EURIDES BRITO DA SILVA

É muito conhecido o ditado chinês cujo sentido é que vale muito mais ensinar a pescar do que dar um peixe a alguém. O provérbio destaca o valor da educação, embora muitas vezes a prática na China contrarie a sabedoria expressa pelos seus filósofos e pelo seu povo. No Brasil também a valorização da educação frequentemente indica que a teoria na prática é outra.

Ao final do ano passado o Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional situou o Ministério da Educação em primeiro lugar pela primeira vez na história.

A queda da arrecadação fiscal e outros fatores, entretanto, não parecem ter desbancado o MEC daquela posição, mas as verbas que a ele chegam são insuficientes para atender às necessidades previstas. Agora avizinha-se a aprovação de um novo Orçamento Geral da União. Trata-se de um momento atípico, pois não se conhece a orientação do presidente da República a ser eleito em 15 de novembro. Por isso, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ele deverá ser revisto ao final do primeiro semestre.

A primeira vista, pode parecer um documento meramente formal, mas não é. Muda o presidente, mas não mudam o País, com suas necessidades, nem o Poder Legislativo. Por isso mesmo é preciso marcar posições que sirvam de balizamento para a próxima administração. Afinal, a administração pública deve viver menos de pessoas e mais em função das necessidades nacionais.

Debrucemo-nos então sobre a proposta orçamentária enviada ao Congresso. O que ela reserva para a educação? A liderança cabe agora ao ~~ministério da Previdência e~~ Assistência Social, ao passo que, ao contrário deste ano, a soma das verbas dos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha supera folgadoamente a do MEC. Segundo declarações do próprio Ministro à imprensa, foi concedida menos da metade da quantia solicitada. Mais ainda, o valor para 1990, em valores reais, é 40 por cento inferior ao deste ano.

Se vamos um pouco mais a fundo, verificamos que quase nada foi destinado ao ensino fundamental e à educação pré-escolar. Em contraste, o percentual dedicado ao ensino superior aumentou ainda mais, ainda que o valor alocado seja nitidamente inferior às suas necessidades. É de se supor que todos os brasileiros já estejam não só alfabetizados, como também completem as oito séries do ensino fundamental.

Por outro lado, pode-se imaginar que o corte de verbas corresponda a programas de melhoria gerencial das universidades federais, ou então, que o simples corte de recursos exerça o efeito mágico de aumentar a eficiência daquelas instituições. Caminhando mais um pouco, encontramos metas que nos deixam profunda preocupação. No caso do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, a meta é apoiar 204 instituições públicas, cabendo a cada uma em média NCz\$ 231.370,00.

Isso se forem aprovadas leis que aumentem a receita, do contrário a parcela cai para pouco mais da metade. Embora se considerando uma média, será esta quantia suficiente ou teremos uma sucessão de escolas com obras inacabadas, escolas acabadas, mas não equipadas e escolas acabadas, equipadas, mas sem professores? Não será este um desperdício muito mais custoso ao contribuinte? Outros valores são também preocupantes, como os da merenda escolar, do livro didático e assim por diante.

Ao lado destas migalhas, porém, constatamos que cerca de dois terços do dinheiro público serão devorados pelas dívidas interna e externa. Enquanto isso, a situação social se deteriora, inclusive com o agravamento da má distribuição da renda. Diante deste quadro, não se pode conceber o orçamento para 1990 como um simples ritual a cumprir, enquanto esperamos o próximo presidente. É urgente marcar posições e ser coerente com prioridades fixadas, inclusive, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em primeiro lugar, cumpre questionar por que a escassa disponibilidade de recursos financeiros? ~~De que~~ exatamente ela decorre? Em segundo lugar, cabe discutir a repartição do bolo, que parece tratar a educação residualmente. Ninguém em sã consciência pode reduzir as verbas a um nível incompatível com a manutenção dos serviços.

Há desperdícios, há problemas administrativos, há muito o que corrigir, como nos demais setores da atividade pública, haverá talvez, dizem alguns, necessidade de remanejar atividades que até hoje foram desempenhadas pela União. Mas isso deve ser feito de maneira explícita, pensada e discutida.

Eurides Brito da Silva é professora da Unb, presidente da Sociedade Brasileira de Educação Comparada, vice-presidente do Conselho Municipal de Sociedades de Educação Comparada e suplente de deputado federal pelo DF.